

Europas - China: passado e presente - Uma breve reflexão -

Prof. Doutor
Luís Flípe Barreto



Muito obrigado. Antes de mais, gostaria de agradecer ao Senhor General Pinto Ramalho o convite. É uma grande honra e um prazer. Agradecer também ao meu colega e amigo Damião Rodrigues (na presidência da mesa) e saudar e agradecer aos colegas de mesa. Já nos conhecemos, estivemos juntos, em bom diálogo e cooperação, no fórum de cooperação científica de Portugal com a Ásia, este ano, e também saudar todos os presentes.

Nesta questão Europa-China não diria que esta breve reflexão é uma perspetiva europeia, diria que é tão só a perspetiva de um português. Em relação ao título (quase maior do que o tempo para a comunicação) a ideia é a de traçar algumas linhas gerais da articulação entre a Europa e a China na mais longa duração. A partir do momento em que essas relações se tornam diretas, regulares e contínuas, e isso significa o século XVI. Antes, desde a Antiguidade (século III, século II a.C., século I da nossa era) há relações, mas são, regra geral e até ao século XVI, relações pontuais, descontínuas, mais quase sempre indiretas do que diretas, feitas através, por exemplo, da Pérsia pré-Islâmica e através dos Mundos Islâmicos, do século VIII ao século XV. Gostaria de começar por saudar a organização pela junção da temática China/Índia.

A China e a Índia, historicamente, encerram um jogo de cooperação e um jogo de tensão mútua ao longo dos milénios. Há dimensões comuns, como o budismo e as rotas da seda terrestre e marítima, e há dimensões diferenciais, concorrenciais. Esse jogo da cooperação mútua e de mútua tensão marca a história das duas grandes civilizações. No caso da China, estamos a falar, evidentemente, hoje, de um Estado Civilização vivo, e a União Indiana é também uma representação dum outro Estado Civilização. No caso da Europa, uma península de penínsulas da Eurásia, as Europas existem na forma de Europas da Europa. Tem outra configuração, também um quadro civilizacional, mas uma pluralidade bem diferenciada de Estados, Nações, Línguas e Culturas nacionais.

Ao mencionar a articulação China/Índia gostaria de citar as palavras de Tarun Kana da

Universidade Harvard/2008, um economista indiano, que diz: “O Futuro do Mundo está inegavelmente ligado ao futuro da China e da Índia, lamentavelmente estamos mal informados sobre o passado e o presente de ambos os países”. Falava, principalmente, do “lamentavelmente” em relação aos Estados Unidos, mas creio que é válido também para a Europa e diz mais: “Que, em conjunto, a China e a Índia, no espaço de uma geração, serão responsáveis, pelo menos, por cerca de 40% do comércio mundial”. Portanto, quando juntamos, hoje, aqui, a temática ‘China e Índia no século XXI’ estamos certos para pensar o futuro. E para pensar o futuro é preciso pensar padrões e tipos existentes no passado e presente. Aliás, não existe passado, presente e futuro desligados, pois são o mesmo processual/real. Einstein diz que são o mesmo, só que nós os confundimos. O que interessa abordar é a Europa e a China enquanto relacionamento. Isso já começou a ser dito, foi logo por onde começou o primeiro orador e é também por aí que eu tenho estes breves apontamentos iniciais.

A Europa e a China possuem o máximo de distanciamento físico na Eurásia e possuem, ao mesmo tempo, o máximo de proximidade tecnológica, afinidade de nível tecnológico, em especial a partir dos séculos XIV/XV, porque, até aí, a China tinha sido bem mais desenvolvida tecnologicamente do que a Europa. A proximidade de nível tecnológico entre Europa e China dá-se a partir dos séculos XIV/XV, quer por avanços da Europa quer por uma certa estagnação da contínua inovação na China. Tendem a confluir ao mesmo nível tecnológico as duas extremidades da Eurásia, a extremidade Ocidental e Oriental. A Eurásia, a ideia de um só continente, de um continente conjunto, é um termo que surge em língua alemã, em 1858, no Manual de Geografia de H. Reusche e passa depois para inglês, em 1868, e francês, em 1885. Ao longo do século XX, normalizou-se em outras línguas, quer europeias quer asiáticas, passando da Geografia para a História, para as Relações Internacionais/Diplomacia e para as categorias práticas e quotidianas das populações em geral.

O que quero afirmar é que com Eurásia (os termos Europa e China são antigos, mas começam a universalizar-se a partir do século XVI) estamos a pensar o problema com categorias geradas pelo próprio fenómeno. Simplificando, estamos a pensar em lógicas de “Continente” e de continentes. Ora bem, a expressão Continente, mais uma palavra que data do século XVI europeu, a princípio, é um adjetivo do latim (terra em contínuo) e depois como substantivo, uma das primeiras línguas em que surge é em Português, depois em Castelhana e em Inglês. Continente, surge como substantivo no sentido de uma autonomia, uma espécie de meta-ilha, uma meta-organização. A lógica continental é, portanto, uma das categorias ou conceitos com que pensamos a partir das primeiras, modernidade e globalização, datáveis do século XVI.

As relações diretas, regulares, contínuas entre as Europas da Europa e a China em termos modernos, surgem em três macro fases: do século XVI ao século XIX; de 1800 a 1970; e a partir de 1980.

A primeira macro fase, datável a partir de 1509, é o momento em que portugueses e chineses, europeus e chineses, falam diretamente num quadro de relações comerciais globais que, a partir daí, começam a ser contínuas e regulares. Falam, encontram-se,

trocam produtos, ideias. Acima de tudo, trocam produtos que chegam à Europa e falam e encontram-se diretamente em Malaca/1509, pela primeira vez, na modernidade planetária. Malaca é a Singapura do século XV em termos estratégicos. Falam em árabe, pela primeira vez, portugueses e chineses, falam principalmente de comércio e começam a recolher informação, em árabe. Não podiam falar noutra língua, pois esta era a única língua comum, a língua do intermediário, a língua que fazia o comércio indireto, desde o século VIII/IX entre as Europas da Europa e a China. Vai demorar cerca de 50 anos a construção de todo um vocabulário em línguas portuguesa e chinesa e que terá também de ver com outras línguas europeias. A primeira classificação chinesa dos portugueses é Fulangi, e Fulangi é evidentemente o Fulangue, os franques do árabe, os cristãos-cruzados. E quando aparece pela primeira vez o termo, para Portugal, já estamos no contexto de Macau, Polidogia aparece em 1565.

A Europa e a China são duas civilizações que se relacionam pelo distanciamento e pela proximidade. Têm esta ambivalência desde o século XVI, distanciamento físico, que é cada vez menor como já foi dito, essa é uma das grandes consequências da fase que vivemos, em que as distâncias físicas estão cada vez mais reduzidas e as proximidades são cada vez mais intensas. Em relação a este, já longo, meio milénio, diríamos que a primeira fase, entre 1509 e os anos de 1760/1770/1780, é marcada por, e não estou a exagerar, a ideia da China como Modelo, marcada também a nível material, a nível do comércio e a nível da cultura material por um grande domínio da China sobre a Europa.

De 1509 a 1760/1770/1780, é essencialmente um comércio em que a Europa entrega metais preciosos, moeda, e recebe sedas, porcelanas, manufaturas várias, têxteis, livros, estampas, lacas, ou seja, a China (acompanhada da Índia) é a fábrica do mundo até aos finais do século XVIII. A China e a Índia abastecem o gosto e o mercado europeus. A China marca, então, o gosto europeu das elites. Aparece em português o verbo “chinesar”. “Chinesar” é adquirir produtos chineses ou imitações de produtos chineses. Ter um gosto à moda da China, seja papel de parede, uma cadeira Ming, uma porcelana Yuan ou Ming. A imitação que, depois, dá na Europa a “Chinoiserie”, um gosto europeu profundamente marcante ao longo dos séculos XVII e XVIII. Pensar um jardim, pensar o interior de uma habitação, de um palácio na Europa, nos séculos XVII e XVIII, é pensar também por aculturação chinesa. Poderíamos ir mais longe nesta influência. Por exemplo, a valorização do amarelo e do vermelho na civilização europeia, mesmo na pintura, é também um efeito da China. Não é só na cultura material que estamos a falar do grande impacto da China nas Europas da Europa dos séculos XVI a XVIII. Lisboa, por exemplo, era uma cidade que, na Rua Nova dos Mercadores, tinha mais de 26/27 estabelecimentos de porcelana Chinesa. A porcelana chinesa evidentemente que não era toda para o mercado nacional, era também, e sobretudo, para o norte da Europa, para a Europa de Londres, Paris, Antuérpia, Roma, etc..

Porcelana que, num enunciado muito bonito escrito em português na Baía, do século XVIII surge como droga: “Porcelana é a droga que mais se vende no Brasil”. Droga já num sentido moderno. Há ‘sedomania’ e ‘porcelanomania’ na Europa, e nas Américas e Áfricas, fortíssimas entre o século XVI e o século XVIII. Hoje, não temos consciência de

qual foi o exato impacto comercial, impacto manufatureiro, impacto estético, intelectual, da China nas Europas da Europa do Renascimento ao Iluminismo.

Há, para além deste impacto material, todo um impacto intelectual. Basta mencionar, por exemplo, o exame escrito. É algo que entra na Europa à moda da China, no século XVI, algo só vai ganhar condição na universidade europeia no século XVIII. A Europa não conhecia o exame escrito. O exame escrito, por via jesuíta, importado da China (ao molde e modelo do funcionalismo público chinês), é talvez o maior impacto intelectual da China nesta primeira fase, dos séculos XVI a XVIII. A ideia e a prática de um exame escrito acompanha a oficialização, funcionalização, por via, como se diz então, da espada e da pena. Cada vez menos Espada e cada vez mais Pena.

Esta primeira fase moderna começa a terminar com a Civilização Industrial. Entramos numa nova fase a partir, sobretudo, de 1830-1840 e que terminou nos anos 1970/1980. A partir de 1780/1790, e sobretudo do século XIX e até 1950/60, entrámos numa fase de relações Europa-China absolutamente contrária àquela primeira que vislumbramos. Então, o predomínio é da Europeização. O peso é da Europa, da sua indústria, tecnologia, ciência, línguas. Peso material e peso da grande divergência da civilização industrial e dos tratados desiguais, (Nanquim, o saque de Pequim). É o grande impacto das Europas da Europa e da Neo-Europa, depois triunfante, os Estados Unidos da América. Este tempo de grande impacto da Europa sobre a China e a civilização chinesa traduz-se na exportação para a China da ciência e tecnologia e da produção industrial europeia. A princípio, como sabem, há a crise do ópio e a guerra do ópio (ópio que sai do Afeganistão por via da Índia). O ópio é o produto marcador das relações desiguais do século XIX. O mercado chinês não tinha, nos inícios do século XIX, necessidade dos primeiros produtos europeus manufatureiros/industriais e foi preciso criar um produto de imposição à China para tentar equilibrar a balança de pagamentos relativamente ao chá e a outros produtos. O ópio é o imposto da desigualdade, do imperialismo industrial, porque a China do século XIX não era (tal como a Índia) importadora de produtos europeus.

A partir desta segunda fase, há uma predominante dimensão europeia e ocidental que se traduz também em termos intelectuais. Por toda a passagem e tradução de conceitos e de categorias novas/modernas/industriais para a língua chinesa em ciência, tecnologia, ciências sociais. Vivemos então uma fase de global ocidentalização, de europeização do Mundo, ao qual a China e a Índia não fugiram. Essa fase acabou. O Ocidente, em especial a Europa, não é mais medida de todas as coisas. Foi até 1950/60, mas já não é. E não temos qualquer sinal de que volte a ser nos próximos séculos.

Vivemos hoje uma terceira grande fase de relacionamento entre a Europa e a China. Uma fase que quer aprender com estas duas fases anteriores, que foram de profundo desequilíbrio. Uma fase em busca de um de maior equilíbrio no sentido de partilhar ganhos e lucros, mesmo que a partilha de lucros seja evidentemente sempre diferenciada, pois não há partilha igual de lucros. Mas é uma busca de partilhar lucros/ganhos e não prejuízos. Como é que isso se consegue? Veremos...

A terceira fase, que estamos a viver, possui raízes nas outras duas anteriores. Na relação

Europa/China, Portugal foi relevante na primeira fase. Portugal é, até há segunda metade do século XVII, até por causa de Macau, o grande intermediário da China para a Europa e da Europa para a China.

Macau, porta da Europa para China e porta da China e do Japão para a Europa. Portugal é essa porta também em termos comerciais, económicos, culturais. Os primeiros dicionários de chinês numa língua ocidental são em português (e não estão estudados). E quem diz dicionários diz tradução, troca, integração de termos. Por exemplo, Mandarim é palavra criada em Português. O Mandarim, em português, vem do Sânscrito “Mantrim, Mantri”, que é Chefe, Oficial. Passa depois para a própria língua chinesa. Mas, “Mandarim”, “língua dos Mandarins”, “língua Mandarina”, é escrita nos séculos XVI e XVII em Português. Depois, passa para Castelhana, Inglês, Francês, etc.. Podíamos dar outros exemplos. Portugal tem, na primeira fase, função estratégica, como diz Fernando Pessoa, fomos, então: “Olhos e ouvidos da Europa no Mundo”. Portugal é a face com que a Europa olha o Mundo. Face, olhos, ouvidos a aplicar na relação com a China, mas também na relação com a Índia.

Na segunda fase, Portugal sofre, tal como a China e a Índia sofreram, a grande divergência industrial. A grande divergência não é só entre a Inglaterra, a Alemanha, a França e a China e a Índia. É também entre as Europas da Europa, entre Inglaterra, Alemanha, França e o sul da Europa, nomeadamente Portugal. A segunda fase é um tempo em que Portugal, não digo que desaparece, mas esbate-se bastante nas relações entre a Europa e a China, torna-se, digamos assim, ator muito secundário. Estamos a viver hoje uma terceira fase, onde a oportunidade ou a possibilidade de Portugal e dos portugueses ganharem uma outra configuração no quadro do relacionamento Europa/China é bastante provável e possível. Por razões múltiplas, que têm que ver com a progressão e o desenvolvimento da China e de Portugal, com a plataforma Macau, com o universo da língua portuguesa, etc.. A China, nos últimos trinta anos, é a grande revolução urbana e revolução industrial. A grande revolução na melhoria de condições de vida de centenas de milhões de habitantes. A China, hoje, com imenso impacto sobre o resto do mundo (tal como vai acontecendo também com a Índia), possibilita uma nova idade de relacionamento. As relações Portugal-China podem passar por um Renascimento Global da Rota Marítima da Seda.

* * *

China “Imóvel” e “Fechada” - Nota breve acerca da constituição de uma Ideia

1. A Ideia de uma China bloqueada no espaço e no tempo, isolada e imóvel, fechada e

sempre igual, começa a tornar-se dominante na Europa dos finais do século XVIII e vive sem grandes problemas no Ocidente, até aos meados do século passado.

São múltiplas as razões e as causas que fundam e fundamentam esta ideia. O triunfo na Europa do ideal de Progresso com a superação dos Antigos pelos Modernos e a constante progressão unilinear para o desenvolvimento/“civilização” é uma razão chave. Os caminhos de expansão marítima, comercial e mais tarde colonial-imperial é outra. Uma outra, também, é a grande divergência (igualmente inter e intraeuropeia) entre a civilização industrial, capitalista, liberal de parte da Europa e dos Estados Unidos, no século XIX e primeira metade do século XX, e o resto dos mundos do mundo.

2. À medida que avançamos na segunda metade do século XX, muito em especial a partir dos anos de 1970-1980, esta ideia da China como padrão histórico milenar de fechamento e de imobilidade começa a entrar em crise. O abandonar desta ideia, o descobrir da sua falsidade, é um processo contraditório e demorado. É consensual, em 2015, que a China das últimas três ou quatro décadas é tudo menos fechada/isolada e imóvel/permanente. É relativamente consensual que não o foi também ao longo dos séculos XIX e XX e começa a ser algo consensual que também não o foi a partir do século VIII (Tang). Chegará o dia em que ninguém anda à procura do padrão fechado e imóvel e procura, tão só, os tipos próprios, a trajetória chinesa de relacionamento intercultural/internacional (as relações Índia-China e o Budismo a partir do século I) e de transformação, de se fazer a si mesma tecendo o seu próprio espaço e tempo.

3. A força e a permanência da ideia de fechamento e imobilidade da China, ou agora, tão só, já a do fechamento e imobilidade antigamente, é um tema e problema de conhecimento (falso, parcial, limitado) difícil de explicar, mas que tem e deve ser explicado.

A cultura e a política oficiais chinesas da “Região Central”/Zhonguo ajudam a elucidar esta consistência da ideia. Mas, a perspetiva europeia talvez explique mais e melhor, pois vê o “isolamento” e “imobilidade” chinesas ao espelho do padrão Europa, no quadro do, tão só, relacionamento chinês com o Ocidente/Europa (e mesmo esse é “falsificado”, pois Plínio no século I informa que o dinheiro de Roma vai para a Índia, China/Sericus, Arábia, para pagar o luxo).

A escala e a autossuficiência ajudam a explicar a conceção chinesa dum centro superior, dum ser e viver “Debaixo do Céu”/Tianxia, sendo os outros bárbaros à volta do Paraíso Terreal que é a China. Mas, mesmo no interior desta ideologia estatal/oficial e conceção de senso comum chinesas, existe um lugar (inferior) para os outros, existe um relacionamento que tem esferas de proximidade e de distanciamento que implicam Japão, Coreia, Vietname, Mongólia, Ásia do Sueste, Índia, Tibete, Ásia Central (Turfão/Samarcanda) e Ásia Ocidental (Pérsia Antiga e Islâmica, Turquia, Árabes e Ienamitas, etc.).

A escala e a autossuficiência, juntamente com o centralismo, permitem à China regular mais e melhor o espaço e o tempo próprios, as tipologias e os graus de relacionamento (mais ou menos abertura e fechamento para alguns), mas o Padrão Chinês é de alta implicação interior/exterior espacial. A própria China, na extensão que tomou é um processo da mais longa duração de aberturas e transformações de Norte para Sul e de Oriente para Ocidente. O não isolamento e o não fechamento explicam a integração de zonas como a Mongólia, o Turquestão chinês, a Manchúria, o Tibete e a não integração do Vietname (o Norte fazia parte duma grande província de Guangdong - Guanxi), da Coreia e do Japão.

A China isolada e fechada é uma forma eurocêntrica marcante, nos séculos XIX e XX (primeira metade), de indicar uma China até tarde sem relacionamento direto, contínuo, regular com a Europa. Mas, o espaço chinês faz fronteira direta antes de mais com a Ásia Oriental, Ásia Central, Ásia do Sueste e indiretamente com a Ásia do Sul-Índico e a Ásia Ocidental.

Os europeus/ocidentais (a começar com os reinos de Portugal e de Moscovo) são dos últimos a chegar a um sistema internacional de relacionamento com outras regras e ritmos e em que, na maior parte do tempo, a China teve o poder de regular e ritmar criando hierarquias de afinidade, proximidade, distanciamento (o chamado sistema tributário de diplomacia e comércio hierárquicos e padronizados).

A China estática no espaço e no tempo é uma representação de adormecimento estrutural chinês que acompanha a conjuntura do ópio e dos tratados desiguais, ou seja, do efetivo bloqueamento da sociedade, economia e cultura chinesas, devido a forças internas, mas, devido, também, aos processos de "Occidentalização" então operantes.

4. A China possui uma trajetória e uma escala próprias, um poder demográfico, político, económico, cultural, de relevante constituição do seu próprio tempo e espaço. Mas este espaço e tempo foi sempre, e ao mesmo tempo, interdependente com e de outros, a começar por sedentários e nómadas, fruto de relações e transformações num espaço em crescimento e num tempo em desenvolvimento.

A ideia da China "Imóvel e "Fechada" serve, hoje, para essencializar fronteiras e situações que são, naturalmente, transformativas e que resultam dum processo têmporo espacial passado aberto ao futuro. Mesmo a, tão só, ideia de tendencialmente "Fechada" e pouco transformativa é enganosa. Serve para tomar como "Novidade " e "Emergente" um Império-Civilização em alta transformação e da mais longa duração.

Bibliografia Complementar

1. Perspectivas chinesas das relações internacionais:

David C. Kang - *China Rising*, N-Iorque, Columbia U. Press, 2007.

Ho-Fung Hung - *The China Boom: why China will not rule the world*, N. Iorque, Columbia U. Press, 2016.

Quansheng Zhao - *Interpreting Chinese Foreign Policy: the micro-makro linkage approach*, Oxford, Oxford U. Press, 1996.

Liu Mingfu - *The China Dream: great power thinking and strategic posture in the Post-American Era*, N. Iorque, Times Books, 2015.

Zhang Weiwei - *The China Wave: rise of civilizational State*, Singapura, World Century, 2012.

Yan Xuetong - *Ancient Chinese Thought, Modern Chinese Power*, Princeton, Princeton U. Press, 2011.

2. Alguns estudos mais específicos

David Shambaugh, E. Sands, Chneider, Zhou Hong (ed.) - *China - Europe Relations: perceptions, policies and prospects*, N-Iorque, Routledge, 2008.

David Shambaugh - *China's Future?*, Cambridge, Polity Press, 2016.

_____ *China Goes Global: the partial power*, Oxford, Oxford U. Press, 2013.

Roland Vogt (ed.) - *Europe and China: strategic partners or rivals?*, Hong Kong, Hong Kong U. Press, 2013.

Shau Breslin (ed.) - *Handbook of China's International Relations*, Londres, Routledge, 2010.

Suzan L. Shirk - *China Fragile Superpower: how China's International Politics could derail its peaceful rise*, Oxford.

Cientistas Sociais Asiáticos do Séc. XX - XXI

(Algumas sugestões)

Japoneses

Kanichi Asakwa (1873-1948) - História das Relações Internacionais.

Masaharu Abessaki (1873-1949) - História das Religiões e da Literatura.

Okakura Kakuzo (1862-1913) - Política e Cultura.

Nyozekan Hasegawa (1875-1969) - Política e Cultura.

Watsuji Tetsurô (1889 - 1960) - Antropologia Cultural Ecológica Filosófica.

Hisao Otsuka (1907-1996) - Historiador.

Masao Maruyama (1914-1996) - Historiador Politólogo.

Katô Shûichi (1919-2008) - Estudos Literários, Arte e Cultura.

Umesao Tadao (1920-2010) - Sociologia/Antropologia.

Hajime Nakamura (1912-1999) - História Comparada das religiões e Antropologia
Histórica comparada das ideias e padrões de cultura e acção.

Mikiso Hane (1992-2003) - História.

Daikichi Irokawa (1925-) - História.

Nakane Chie (1926- ?) - Antropólogo.

Murakami Yasusuke (1931-1993) - Economia Política.

Akira Iriye (1934-) - História.

Kenichi Ohmae (1943-) - Economia/Gestão.

Kojin Karatani (1941-) - Filosofia.

Kenji Kosaka (1945?-) - Sociologia.

Chineses

Kang Youwei (1858-1927) - Filosofia.

Cai Yuanpei (1868-1949) - Fundador da Antropologia. Universidade na China.

T. H. Fang (1899-1977) - Filosofia-Politologia.

Tang Junyi (1908-1978) - Filosofia-Politologia.

Francis L. K. Hsu (1909-1999) - Antropologia/Psicologia Social.

Fei Xiatong (1910-2005) - Antropologia-Filosofia.

Wang Gungwu (1930-) - Sociologia Histórica/História da China e da Ásia.

Lien-Sheng Yang (1914-1990) - História e Economia.

Yi-Fu Tuan (1930-) - Geografia.

Cheng Zhongying (1935-) - Filosofia.

Liu Shuxian (1934-) - Filosofia.

Kwang - Chih Chang (1931-2001) - Antropologia e Arqueologia.

R. Bin Wong (1949-) - Historiador.

Rongxing Guo (1950-) - Economia.

Yan Xuetong (1952-) - Relações Internacionais.

Wang Hui (1959-) - Filosofia Política-Social.

Zhang Weiwei (1957-) - Relações Internacionais.

Yasheng Huang (1960-) - Economia.

Indianos:

Sarat Chandra Roy (1878-1942) - Fundador da Antropologia/Etnologia Académica na Índia.

S. Radhakrishnam (1888-1975) - Filosofia/Religião Indianas.

Radha Kamal Mukherjee (1889-1968) - Sociologia.

D.D. Kosambi (1907-1966) - História.

Arthur L. Basham (1914-1986) - Antropologia e História.

Shiba Prasad Chatterjee (1903-1989) - Geografia.

Damodar Dharmananda Kosambi (1907-1966) - História.

Mysore N. Srinivas (1916-1999) - Antropologia.

Amartya Sen (1933-) - Economia/Prémio Nobel. Sociologia Política/Filosofia.

Romila Thapar (1931-) - História.

Amit Bhaduri (1940-) - Economia.

Deepak Lal (1940-) - Economia.

Roy Bhaskar (1944-2005) - Filosofia.

Arjun Appadurai (1949-) - Antropologia.

Leela Gandhi (1966-) - Estudos pós-coloniais.

Rajiv Sikri (1945?-) - Relações Internacionais.

Ranjit Tirtha - Geografia.